

DECRETO Nº 6.630, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 141, I, f, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais de Unaí - CMPC;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 3.346, de 29 de Outubro de 2020 que "Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura - SMC - no Município de Unaí (MG) e dá outras providências;

CONSIDERANDO as manifestações constantes no processo administrativo nº 17454/2022, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC.

Art. 2º Faz parte integrante deste decreto o Regimento Interno do Conselho Municipal de Políticas Culturais - CMPC, conforme Anexo Único deste ato administrativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí, 17 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

José Gomes Branquinho
Prefeito

Pedro Imar Melgaço
Secretário Municipal de Governo

(fls. 2 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 6.630, DE 17 DE OUTUBRO DE 2022.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

CAPÍTULO I DA NATUREZA, SEDE E FINALIDADE

Art. 1º O Conselho Municipal de Política Cultural, identificado pela sigla CMPC, criado através da Lei Municipal nº 3.346 de 29 de outubro de 2020, atendendo ao disposto no artigo 216 da Constituição Federal e no artigo 17, VII, da Lei Orgânica Municipal, tem seu funcionamento regulado por este

Regimento Interno.

Art. 2º O CMPC é órgão consultivo, deliberativo e normativo, com a finalidade de promover a gestão democrática da política cultural do Município de Unaí.

Parágrafo único. A estrutura de funcionamento do CMPC é vinculada diretamente à Secretaria Municipal da Cultura e Turismo.

Art. 3º O CMPC estará sediado no mesmo endereço em que estiver sediada a Secretaria da Cultura e Turismo, ou em local distinto por ela contratado, e sua administração e foro será na cidade de Unaí.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O CMPC é constituído de 12 (doze) membros titulares, com respectivos suplentes, em composição paritária de representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil Organizada, conforme especificado no artigo 36 da Lei nº 3.346/2020.

I - 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes representando o Poder Público por intermédio dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Municipal da Cultura e Turismo;
- b) Secretaria Municipal de Educação;
- c) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania;
- d) Secretaria Municipal de Esportes;
- e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;
- f) Assessoria de Comunicação Social e Relações Públicas.

II - 6 (seis) membros titulares e respectivos suplentes representando a sociedade civil por intermédio dos seguintes setores:

(fls. 3 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

- a) Fórum Setorial de Artes Visuais - cinema e fotografia;
- b) Fórum Setorial de Música;
- c) Fórum Setorial de Artes Cênicas - teatro, dança e circo;
- d) Fórum Setorial de Letras - literatura e biblioteca;
- e) Fórum Setorial de Artesanato, Culturas Populares e Cultura Afro-Brasileira;
- f) Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural de Unaí.

§ 1º Os membros do CMPC serão nomeados pelo Prefeito, por meio de ato legal adequado, que considerará as indicações encaminhadas pelas instituições partícipes, e pelos segmentos da sociedade civil sendo estes eleitos através dos Fóruns Setoriais, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º O Presidente e o Secretário-Geral do CMPC e seus respectivos suplentes, serão eleitos pelo Conselho dentre seus membros, através de maioria simples.

Art. 5º Os membros representantes do CMPC, no que se refere aos seus integrantes, reger - se-á pelas seguintes disposições:

I - cada entidade indicará o seu representante titular e o seu respectivo suplente;

II - o presidente do CMPC deverá encaminhar os nomes dos representantes indicados ao Executivo

Municipal, imediatamente após a indicação pelas entidades dos membros, para formalização do ato municipal de nomeação e posse;

III - as entidades-membros poderão solicitar, através de pedidos encaminhando ao Presidente do Conselho, a substituição de seus membros no CMPC;

IV - cada membro titular do CMPC terá direito a um voto na sessão plenária; e

V - na ausência do titular o suplente terá direito a voto.

VI - é permitida a participação de suplentes nas reuniões, não sendo, no entanto, permitido o direito a voz e ao voto quando o titular estiver presente.

Art. 6º Em caso de perda de mandato, morte ou renúncia de conselheiro, o Plenário do Conselho declarará a vacância do cargo, cabendo ao Presidente convocar, de imediato, o respectivo suplente.

§ 1º A perda de mandato de conselheiro dar-se-á:

I - pelo exercício simultâneo de funções incompatíveis; e

(fls. 4 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

II - pela ausência contínua, sem prévio pedido de licença ou motivo de doença ou falecimento de parente de primeiro grau ou cônjuge, por mais de 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas.

§ 2º Na ausência justificada dos conselheiros titulares, serão chamados seus suplentes para assumirem interinamente a vaga.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º São atribuições do CMPC:

I - estabelecer diretrizes e prioridades para o desenvolvimento cultural de Unaí;

II - fiscalizar a execução dos projetos culturais da administração municipal;

III - emitir pareceres sobre os projetos regularmente habilitados junto a este Conselho, manifestando-se sobre a relevância cultural e possibilidade de obtenção de recursos financeiros do Fundo Municipal da Cultura; e

IV - emitir parecer sobre outras questões técnico-culturais de sua competência.

Parágrafo único. A fiscalização prevista no inciso II deste artigo será efetuada através de informações e relatórios fornecidos por seus executores, devendo o Conselho informar possíveis irregularidades a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º As reuniões poderão ser ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º As reuniões ordinárias são realizadas a cada 2 (dois) meses, sempre com convocação pelo

Presidente do CMPC com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

I - é obrigatória a realização de pelo menos 6 (seis) reuniões ordinárias a cada ano; e

II - as reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de pelo menos metade de seus membros efetivos, podendo estes ser representados por seus respectivos suplentes.

(fls. 5 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

§ 1º Caso, no horário da reunião, não houver quórum suficiente, será aguardada durante 15 (quinze) minutos a composição do número legal, e em segunda convocação a reunião será realizada com qualquer número de conselheiros presentes.

§ 2º As reuniões extraordinárias são realizadas por convocação pelo Presidente do CMPC ou de 50% mais um dos seus conselheiros, ainda que sem anuência do presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas e com a ciência da convocação dada a todos os conselheiros titulares.

Art. 9º As reuniões constarão de duas partes:

- a) expediente; e
- b) ordem do dia.

Art. 10. O expediente abrangerá:

- a) leitura, discussão, votação da ata da reunião anterior; e
- b) Avisos, comunicações, leitura e correspondência recebida e enviada.

Art. 11. A ordem do dia abrangerá:

- a) apresentação de proposições, documentos de interesse do plenário; e
- b) outros assuntos de caráter geral de interesse do Conselho.

Art. 12. De cada reunião será lavrada a ata pelo Secretário Executivo e posta em votação na reunião seguinte.

Parágrafo único. A reunião será escrita em livro de atas ou digitada e arquivada em pasta a fim para atas do CMPC.

Seção I Da Mesa Diretora

Art. 13. A Mesa Diretora exercerá funções de direção, administração, supervisão e representação.

Art. 14. A Mesa Diretora compreende: Presidente, Secretário-Geral e seus suplentes.

Art. 15. O Presidente, e o Secretário-Geral e seus suplentes, serão eleitos por votação secreta por maioria simples.

(fls. 6 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

a) Se for eleição e houver empate, os critérios de desempate serão os seguintes, nesta ordem:

- 1) maior período de atuação no CMPC;

- 2) maior idade; e
- 3) maior tempo de atuação cultural comprovada.

Art. 16. O mandato dos membros da Mesa Diretora será por dois anos, podendo ser reconduzidos, por igual período.

Art. 17. A eleição para renovação dos membros da Mesa Diretora, se dará de dois em dois anos, preferencialmente em três meses antes do encerramento do mandato anterior.

Art. 18. Em seu impedimento, o Presidente será substituído pelo seu suplente.

Art. 19. Na vacância do Presidente ou do seu suplente, proceder-se-á a eleição de um substituto que complementarará o período que falta para o término do mandato.

Seção II Das Comissões

Art. 20. Para desincumbir-se de tarefas do Conselho, pode o Presidente constituir Comissões Especiais, que estarão automaticamente dissolvidas quando concluída a respectiva tarefa.

Art. 21. Cada Comissão compõe-se de, no mínimo, três integrantes.

- a) cada Comissão escolherá seu Coordenador;
- b) a comissão deve ser designada por resolução do Conselho;
- c) a Comissão apresentará parecer para a plenária do Conselho sobre a tarefa que foi designada;
- d) podem ser convidados a comparecer às reuniões, especialistas, autoridades, Conselheiros Suplentes ou pessoas a critério da comissão; e
- e) os integrantes de uma Comissão não podem integrar outra em caráter efetivo;

CAPÍTULO V DOS ATOS E SEU PROCESSAMENTO

Art. 22. Os atos propostos pelo Conselho e aprovados pelo Plenário tomam a forma de Resolução, proposição, Parecer ou Indicação e serão assinados pelo Presidente.

(fls. 7 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

- a) resolução é ato normativo de caráter Geral do Conselho;
- b) proposição é matéria de forma explícita à deliberação do Plenário, versando assunto de interesse e competência do Conselho. A Proposição poderá ser oral ou por escrito e deverá ser apresentada por um Conselheiro. Caso houver necessidade de ser ouvida uma Comissão, a Proposição deverá ser feita por escrito e constará em ata;
- c) parecer é pronunciamento sobre matéria submetida ao Conselho; e
- d) indicação é o ato pelo qual o Conselho propõe medidas com vistas à expansão e melhorias nos assuntos pertinentes ao desenvolvimento e promoção cultural do município de Unaí.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA MESA DIRETORA

Art. 23. Atribuições do Presidente e seu suplente, quando aquele estiver ausente:

- a) convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;

- b) visar os pagamentos e as despesas no interesse do Conselho dentro das verbas orçamentárias previstas para o exercício;
- c) representar o Conselho em atos oficiais, podendo delegar esta função a um ou mais Conselheiros;
- d) aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia;
- e) tomar providências necessárias para o regular o funcionamento do Conselho;
- f) postular junto ao Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal da Cultura e Turismo do Município o atendimento de medidas ou providências que visem o pleno funcionamento e a eficiência do Conselho;
- g) solicitar as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;
- h) desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo;
- i) designar Comissões permanentes e especiais para o cumprimento das tarefas do Conselho;
- j) conceder licença de afastamento aos membros do Conselho em caso de solicitação por escrito;
- l) assinar juntamente com o Secretário atas das reuniões;
- m) resolver questões de ordem, levantadas pelo Conselho;
- n) comunicar ao Poder Executivo a perda ou término de mandatos dos membros do Conselho;
- o) apresentar ao término de cada mandato, ao Poder Executivo relatório das atividades do Conselho.

Art. 24. Atribuições do Secretário do Conselho e seu suplente (na sua ausência):

(fls.8 do Decreto nº 6.630, de 17/10/2022)

I - secretariar as Sessões e/ou reuniões, lavrando e assinando as respectivas atas;

II - solicitar ao Presidente, os funcionários ou recursos que se fizerem necessários;

III - apresentar ao Presidente relatório anual dos serviços do (a) Secretário (a).

IV - auxiliar a secretaria executiva.

V - substituir o Presidente e o suplente do Presidente em seus impedimentos ou ausências;

VI - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Secretaria Executiva; e

VII - exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo plenário.

CAPÍTULO V DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 25. São deveres dos Conselheiros:

a) participar de todas as reuniões e/ou sessões a que forem convocados, procedendo, em caso de ausência, comunicação ao Plenário o motivo da ausência à Sessão anterior, o que deverá constar em ata;

Parágrafo único. O Conselheiro que estiver ausente em 3 (três) reuniões seguidas ou 5(cinco) alternadas perderá seu mandato.

b) obedecer as Normas Regimentais;

c) desempenhar com eficiência as atribuições as quais foram designados;

d) assinar Livro de Presenças das Reuniões e/ou sessões que se fizerem presentes; e

e) zelar pelo bom nome do Conselho.

Art. 26. São direitos dos Conselheiros:

a) tomar parte nas atividades normais do Conselho, podendo apresentar proposições, requerimentos, moções e questões de ordem e investir nos debates do Plenário;

- b) concorrer em eleições aos cargos de Presidente e Secretário;
- c) apresentar ao Conselho quaisquer assuntos relacionados às atribuições;
- d) usar o nome de: Conselheiro do Conselho Municipal de Política Cultural de Unaí;

(fls. 9 do Decreto nº 6.629, de 17/10/2022)

e) os conselheiros que representam os segmentos culturais, bem como seus suplentes, terão um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser permitida a recondução;

f) os conselheiros indicados pelo Prefeito Municipal, ou seja, que representam a Administração Municipal, terão o termo de seus mandatos equivalentes ao término do período do mandato do Executivo, podendo outrossim, serem substituídos no decorrer do mesmo.

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. As decisões do Conselho que criam despesas serão executadas somente se houver recursos financeiros disponíveis.

Art. 28. Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do presente Regimento serão resolvidos pelo Presidente do Conselho e membros do Conselho em plenário.

Art. 29. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação.

Unaí-MG, 17 de outubro de 2022.

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Prefeito

LUCIANA RISOLIA NAVARRO CARDOSO VALE
Secretária Municipal da Cultura e Turismo

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/10/2022